

Carga ainda mais pesada

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A carga tributária bateu mais um recorde no primeiro trimestre do ano, chegando a 38,9% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas produzidas no país). O cálculo, não reconhecido pela Receita Federal, é do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Segundo a estimativa, o total de impostos arrecadados pela União, estados e municípios atingiu R\$ 258,90 bilhões, num avanço de R\$ 37,15 bilhões em comparação com os R\$ 221,75 bilhões de igual período do ano passado. O crescimento nominal foi de 16,75% – no primeiro trimestre de 2007, a carga havia sido de 37,03% do PIB.

“Infelizmente, a carga tributária brasileira continua em ritmo acelerado de crescimento. Ela cresce mais que o PIB por causa da técnica do tributo calculado sobre ele mesmo e do efeito cascata. Mesmo com a queda da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), os tributos federais cresceram substancialmente”, atesta o presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral. Segundo o tributarista, o peso continua com tendência de alta, acumulando a marca inédita de 36,58% do PIB nos 12 meses encerrados em março.

Os especialistas são unâni- mes ao afirmar que esse nível é muito alto para um país no estágio de desenvolvimento do Brasil. Apesar da ausência da CPMF, calculada em R\$ 7,48 bilhões no trimestre, a arrecadação federal subiu R\$ 27,39 bilhões. O recolhimento estadual subiu R\$ 8,71 bilhões e o municipal, R\$ 1,04 bilhão. Os impostos que mais avançaram foram o Imposto de Renda (R\$ 11,78 bilhões), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, R\$ 7,74 bilhões) e a contribuição previdenciária (R\$ 6,53 bilhões).

Também na avaliação proporcional quem mais avançou no bolso dos contribuintes foi o governo federal, cuja cobrança cresceu 18,44%. Os estados registraram um aumento de 14,48% e os municípios, de 7,93%. Amaral explica que o primeiro trimestre de cada ano é, geralmente, o momento em que a carga tributária atinge seu maior nível. Isso se deve à conjunção de menor atividade econômica com concentração de vencimentos de tributos, como os impostos sobre a propriedade de veículos (IPVA) e imóveis (IPTU). Segundo analistas, a carga deve fechar o ano por volta de 37% do PIB, mais um recorde.